

Vai o Conselho de Administração, nos termos da lei, apresentar o relatório e contas referentes ao ano de 2015.

Este relatório, subsequente contas, apenas vinculam o CC e ex. membro da direção anterior.

Laranjeiro, 15 Julho 2016

Presidente CA

Pedro Cunha e Silva

O Vice -Presidente

Armando Barata

Tesoureiro

Maria Lurdes Silva

Vogal

Luis Camoesas Anjos

Vogal

Alfredo Chambel Oliveira

Vogal

António Costa

Vogal

João

Maduro

Laranjeiro, 15 Julho 2016

Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2015

O Conselho de Administração propõe que o resultado negativo de 801.851,00 €, seja transferido para a conta nº 56 designada por resultados transitados.

Almada, 28 de Junho de 2016

Presidente CA

Pedro Cunha e Silva

Vice-Presidente

Armando Barata

Tesoureira

Maria de Lurdes Silva

Vogal

Luís Camoêças

Vogal

Alfredo Chambel Oliveira

Vogal

António Costa

Vogal

João Maduro

A - Nota Introdutória O

Como é do conhecimento geral e sobretudo dos sócios, a execução do exercício de 2015 foi particularmente complicada, devido a problemas que surgiram nos órgãos sociais logo a partir de Fevereiro de 2015.

Causas próximas do problema (uma visão):

A gestão das instituições semelhantes à LAHGO foi durante muito tempo suportada por uma contabilidade de Caixa sem grandes obrigações de publicitação e com uma visão presidencialista muito forte. O Presidente era a Instituição. Para o bem e para o mal o Dr. Fernando Neves era Instituição. Tudo passava por ele como se de um dono se tratasse. Verdade seja dita que em momento algum terá enjeitado este desiderato; -diremos mesmo que sempre o potenciou.

O problema é que os tempos são outros e com o crescimento da instituição, não é mais possível gerir numa lógica de *homem providencial e autocrático*, mas antes com base numa estrutura de gestão com competências técnicas bastantes e objetivos (coletivos) claros. Esta transição foi muito violenta para o Dr. Fernando Neves e para alguns vogais, **espantosamente também** para a Dr.ª Vera Romão que encararam a mudança não como uma inevitabilidade mas antes como um ataque pessoal ao seu modelo (entenda-se poder) de gestão.

Entendemos que não seja fácil passar de uma situação em que queremos gastar 10 e temos 100 para uma situação de, ou devemos **mais** ou devemos **menos**.

O ter que partilhar a gestão leva a um deslocamento da decisão para o coletivo (nós) em detrimento do individual (eu) o que, em nossa opinião, numa lógica de poder, perturbou definitivamente alguns elementos da Direção. Sobretudo aqueles que sempre funcionaram na lógica do eu é que mando e mais do que isso "sobreviviam na Organização" afirmando-o de forma claramente excessiva e cada vez mais, menos condizente com a realidade. A Instituição por via da não reestruturação da dívida financeira e outras, foi ficando à mercê, para não dizer refém, dos parceiros financeiros e alguns fornecedores.

Em nossa opinião é esta realidade que justifica todas as peripécias (é de peripécias que se trata) que ocorreram em finais de 2014 e ao longo de todo o ano de 2015, relativamente à instabilidade dos órgãos sociais.

Justamente no dia em que se realizaria uma reunião com a CGD (fevereiro de 2015) um dos vogais que mais envolvido esteve no projeto da Unidade (Dra. Vera Romão), entregou o seu pedido de demissão ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral sem que de tal facto tenha dado conhecimento aos restantes elementos da Direção.

A Reunião com a CGD foi marcada por dois factos que em nossa opinião **são responsáveis pela não reestruturação da dívida:** *i)* - A postura do Presidente da Direção que passou o tempo a *fazer despacho*; *ii)* - O enfado do Presidente da Direção por ter que dar contas ao principal financiador da Instituição;

Não temos qualquer dúvida que os representantes da CGD saíram da reunião cientes de que, dentro da Direção existiam ideias distintas sobre os caminhos a trilhar, pelo que dificilmente haveria condições para reestruturar a dívida.

Foi aqui que alguns elementos da Direção, com o Presidente em exercício devidamente municiado por elementos exteriores à organização iniciaram o processo de retorno a uma gestão de pau de bandeira na expectativa que tal seria possível num cenário em que a CGD a qualquer momento poderia provocar a execução da Instituição por incumprimento. O primeiro passo seria derrubar os Órgãos Sociais em funções e provocar eleições imediatas.

E foi assim que o Presidente da Direção, em março de 2015, comunicou via e-mail aos restantes diretores que tinha apresentado a sua renúncia ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que posteriormente apresentaria as razões para tal atitude. **Desconhece-se até hoje as verdadeiras razões ou outras para a demissão.**

A esta renúncia seguiram-se as demissões de outros dois vogais.

Numa bela manhã, com uma reestruturação para fazer de um empréstimo que gozava de Aval pessoal, e absolutamente decisivo para a Instituição, a Direção ficou reduzida ao Vice-Presidente, o Tesoureiro e um Vogal, logo sem quórum para poder funcionar.

Depois de vicissitudes várias que damos como conhecidas, a Direção manteve-se em funções no pressuposto de que era a melhor solução de modo a poderem ser marcadas eleições com tempo e em tempo.

Em síntese: O fundamental dos órgãos sociais que são responsáveis pelos destinos da Instituição há mais de 15 anos e que inclusivamente dois deles (Presidente e Tesoureiro) *atravessaram* (e continuam a dias de hoje) as suas vidas pessoais como avalistas dos empréstimos financeiros, *foram ficando* em campos opostos **por interferências de terceiros.**

A estabilidade diretiva era o elemento fundamental para a prossecução dos objetivos do exercício, nomeadamente a reestruturação financeira que tinha como limite o início do mês de Agosto de 2015, e por isso tudo fizemos para que ambos os avalistas concorressem na mesma lista às eleições.

Apesar da Instituição requerer em tempo e ter fornecido todos os elementos pedidos pela CGD para reestruturar a dívida, tal não foi possível.

Sem tempo, a CGD numa reunião com o Dr. Manuel Martins garantiu à Direção da Instituição que iriam fazer uma **operação cirúrgica** para ultrapassarmos a incómoda situação de incumprimento. A solução que nos parecia e que tinha sido prática em situações anteriores, **passaria por um aumento do período de carência de capital em mais 2 ou três meses**. Ao contrário do que seria expectável e ao arrepio da prática da CGD esta apresentou uma **moratória** incluindo 3 prestações (Agosto, Setembro e Outubro) cujo montante se aproximava dos 185m€ com vencimento em Outubro.

Para esta operação pediam a assinatura de quem obrigava (Presidente e Tesoureiro) com o respetivo aval pessoal. **Certo de que a Instituição não podia cumprir**, não assinei o documento nem como Tesoureiro nem como Avalista. O Dr. Fernando Neves já tinha assinado, nas duas condições (Presidente e Avalista) e já se preparava para fazer o reconhecimento das assinaturas. No entanto, **depois de lhe explicar que a assinatura da moratória “obrigava” a Instituição a pagar 3 prestações de capital em outubro (algo que era impossível de cumprir), agradeceu o facto de eu não ter assinado**. Apesar do agradecimento, e porque a situação de tesouraria se agravou depois desta situação, não deixou o Presidente da Direção de dizer a terceiros: “ a culpa é do Dr. Humberto Ramalinho porque não assinou o documento da CGD”.

A partir dessa altura a instituição saiu da rede comercial da CGD e passou a ser controlada pela D.A.E.

Perdemos todas as ferramentas financeiras de curto prazo, o que veio a afetar em definitivo toda a atividade operacional dos últimos 4 meses do ano.

Do ponto de vista da estabilidade da Direção porfiamos no sentido que esta se mantivesse no fundamental após eleições.

E tudo corria bem no sentido da salvaguarda dos superiores interesses da Instituição.

Até que, a uma semana das eleições, e depois de se comprometer com a direção e com a CGD, um dos avalistas (Dr. Fernando Neves) comunicou que não estaria disponível para integrar a lista do outro avalista nas eleições entretanto marcadas para outubro de 2015.

A lista que integramos saiu perdedora e depois de algumas vicissitudes que damos como conhecidas, os atuais Órgãos Sociais tomaram posse a 06/01/2016.

A -Nota Introdutória 1

O ano de 2015 com resultados económicos e financeiros apesar de tudo, se devidamente contextualizados, bastante satisfatórios, acabou por ser um ano de tirocínio.

O ano de 2015 seria sempre o primeiro ano "completo" de Custos e Proveitos e bem assim o ano *de levantar ferro e navegar*.

Os objetivos eram por isso claros e que podemos identificar:

i) - Reestruturação da Dívida financeira junto da CGD;

A instabilidade dos órgãos sociais não possibilitou a reestruturação financeira pelo que a Instituição entrou em incumprimento e passou a ser controlada pela D.A.E. (Direção de Acompanhamento de Empresas) saindo da rede Comercial da CGD;

ii) - Potenciar os proveitos quer das valências existentes, quer de outras valências a criar;

Quanto às valências existentes - A situação de incumprimento tornou os meios financeiros escassos **sobretudo no último quadrimestre** o que levou a um abaixamento dos proveitos relativamente ao ano de 2014.

Vendas -2015	2015	2014	Diferença	
			Valor	%
TOTAL	982,326.44	1,123,046.85	-140,720.41	-12.53%
Lahgo Saúde	540,443.21	597,528.69	-57,085.48	-9.55%
Material Ostomia	405,363.00	461,117.21	-55,754.21	-12.09%
Outros	135,080.21	136,411.48	-1,331.27	-0.98%
Lahgo Ortopedia	231,737.22	281,777.98	-50,040.76	-17.76%
Loja 3	140,173.23	160,769.48	-20,596.25	-12.81%
Lahgo Diário	68,064.04	78,553.11	-10,489.07	-13.35%
SAD	1,897.42	4,028.94	-2,131.52	-52.91%
Serviços Centrais	11.32	388.65	-377.33	-97.09%

Por razões diferentes a quebra de proveitos nas chamadas Unidades de Negócio são generalizadas.

Enquanto que a quebra no material de Ostomia (Lahgo-Saúde) e nas ajudas técnicas (Lahgo-Ortopedia) se justificará em grande parte pela **escassez de meios financeiros**, a Loja 3 terá sido por uma quebra de qualidade e o desvio de tráfego seja pelo ordenamento dos parques (consultas externas) seja pela abertura de um bar no 1ª andar do HGO. Quanto à Lahgo-Diário é provável que a quebra se deva à diminuição de tráfego. Ensaíamos a venda de jornais na Unidade mas por razões que não entendemos não tivemos grande sucesso.

Quanto a novas valências

A criação da Marca Lahgo pressupunha a abertura de lojas de proximidade junto do público alvo; ainda foram feitos alguns contactos para contratos de arrendamento mas sem sucesso.

Apoio Domiciliário Privado e Outros - Como forma de dar resposta a utentes da UR que depois da alta necessitavam de cuidados no domicilio (cuidados diversos do AD tradicional) foram dados os primeiros passos no sentido de criar uma valência com essas competências.

iii) - Diminuir os custos de exploração, que incluía a reavaliação de todas as rubricas relevantes suportadas ou não por contratos de *outsourcing*;

Nessa conformidade, foram internalizados os serviços de segurança, com economias relevantes:

	2015	2014	Difª
TOTAL	19,900.24	36,100.40	-16,200.16
Segurança (Segurforce)		36,100.40	
Segurança (Interna)	19,900.24		

Foram internalizados a aquisição dos bens alimentares:

	2015	2014	Difª
TOTAL	213,241.47	327,761.87	-114,520.40
Uniself (Subcontratos)		327,761.87	
Custo Mat. Primas Subsidiárias e de consumo (Cozinha)	213,241.47		

iv) - Manter os Custos com Pessoal no pressuposto de não aumento de funcionários e por essa via a manutenção da Massa Salarial em valores semelhantes a 2014;

4

A Massa salarial manteve-se em valores muito perto do ano anterior. Houve transferência de contratos de trabalho para contratos de Prestação de Serviços; Elevada rotação de pessoal por dois motivos: **a)** - Atrasos nos pagamentos das remunerações; **b)** - competências cobçadas por outras instituições de saúde nomeadamente o HGO.

v) - Diminuir drasticamente os encargos financeiros por via da reestruturação da dívida, tendo como base duas variáveis de igual sentido: alargamento do prazo e abaixamento da taxa de Juro;

Por via da não reestruturação tal não foi possível bem pelo contrário como podemos verificar no detalhe dos custos.

vi) - Fixar o investimento em Zero;

Objetivo cumprido.

vii) - Rentabilizar a Lahgo-Clinica,

Por incapacidade financeira mas também devido a uma grande indecisão quanto à forma de rentabilizar este espaço (com exceção da Medicina Dentária) este objetivo não foi atingido.

viii) - Promover a Instituição como entidade de referência no Concelho de Almada.

As Primeiras Jornadas Internacionais de Cuidados Continuados de Almada realizaram-se em Junho na cidade de Almada.

Este evento mobilizou desde logo o coletivo da Instituição, da Direção à Direção Clínica passando pelos colaboradores do marketing e comunicação, mas mobilizou também toda a *envolvete* em que a Instituição se insere.

Da Câmara Municipal de Almada, passando pela CGD, pelos fornecedores que se fizeram representar com expositores até à F3M, todos contribuíram para a realização deste evento.

A juntar a tudo isto convirá referir a urgência dos conteúdos tratados nos vários painéis para além da qualidade de oradores e assistentes que em muito contribuíram para o sucesso do evento.

Dos Resultados Globais

Demonstração Resultados - 2015	2015	2014	Diferença	
			Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	4,216,408.63	3,320,493.39	895,915.24	26.98%
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	587,133.79	715,989.27	-128,855.48	-18.00%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1,126,937.98	848,795.22	278,142.76	32.77%
Fornecimentos e serviços externos	1,196,929.31	1,342,760.06	-145,830.75	-10.86%
Gastos com o pessoal	2,292,715.39	2,288,161.66	4,553.73	0.20%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	5,163.50		5,163.50	n.e.
Outros rendimentos e ganhos	163,490.70	89,408.41	74,082.29	82.86%
Outros gastos e perdas	61,281.39	69,721.91	-8,440.52	-12.11%
			0.00	n.e.
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	284,005.55	-423,547.78	707,553.33	167.05%
			0.00	n.e.
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	618,783.32	391,643.24	227,140.08	58.00%
			0.00	n.e.
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-334,777.77	-815,191.02	480,413.25	-58.93%
Juros e rendimentos similares obtidos		0.33	-0.33	-100.00%
Juros e gastos similares suportados	467,072.92	413,544.08	53,528.84	12.94%
Resultados antes de impostos	-801,850.69	-1,228,735.10	426,884.41	34.74%

De uma forma geral os resultados do ano de 2015, pese embora todos os contratempores quer organizacionais quer financeiros, acabam por ser bastante satisfatórios. Em boa verdade o único grande objetivo não alcançado foi a reestruturação da dívida. Os restantes melhor ou pior foram pelo menos, medianamente, executados.

Os números acabam por relevar essa realidade.

Os resultados líquidos melhoraram muito perto dos 35% , e se essa análise for feita do ponto e vista do cash-flow a melhoria situa-se na ordem dos 78% como se detalha

Resultados antes de impostos	-801,850.69	-1,228,735.10	426,884.41	34.74%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	618,783.32	391,643.24	227,140.08	
Cash-flow	-183,067.37	-837,091.86	654,024.49	78.13%

Se entendermos que os encargos financeiros são a remuneração do capital alheio e no caso ascendem a 467.072,92€ concluiremos que os resultados antes de depreciação e gastos de financiamento são positivos e se situam nos **284.005,55€**.

Daqui se conclui que os resultados melhoraram de forma substancial, fruto de uma gestão prudente e sobretudo adequada às circunstâncias da Instituição.

A Reestruturação da dívida é absolutamente crucial sob pena de o problema **eminente** financeiro tenda rapidamente para problema (também) **económico e social** e por isso de difícil solução.

Da situação patrimonial

Balço - 2015	2015	2014	Diferença	
			Valor	%
Activo não corrente	10,201,236.23	11,157,977.01	-956,740.78	-8.57%
Activos fixos tangíveis	10,140,645.51	11,119,249.66	-978,604.15	-8.80%
Activos intangíveis	2,376.48	0	2,376.48	n.e.
Investimentos financeiros	58,214.24	38,727.35	19,486.89	50.32%
Activo corrente	1,878,195.88	1,924,827.29	-46,631.41	-2.42%
Inventários	130,305.57	217,412.44	-87,106.87	-40.07%
Clientes	361,191.24	291,746.29	69,444.95	23.80%
Estado e outros entes públicos	952.60		952.60	n.e.
Outras contas a receber	1,374,348.70	1,378,839.16	-4,490.46	-0.33%
Diferimentos	3,129.93	3,129.93	0.00	0.00%
Caixa e depósitos bancários	8,267.84	33,699.47	-25,431.63	-75.47%
Total do Activo	12,079,432.11	13,082,804.30	-1,003,372.19	-7.67%
Fundos patrimoniais	2,225,359.30	3,504,094.07	-1,278,734.77	-36.49%
Reservas	326,284.45	326,284.45	0.00	0.00%
Resultados transitados	-1,525,925.15	-297,190.38	-1,228,734.77	413.45%
Outras variações nos fundos patrimoniais	3,425,000.00	3,475,000.00	-50,000.00	-1.44%
Resultado líquido do período	-801,850.69	-1,228,734.77	426,884.08	-34.74%
Total do fundo de capital	1,423,508.61	2,275,359.30	-851,850.69	-37.44%
Passivo				
Passivo não corrente	7,123,245.35	8,296,339.18	-1,173,093.83	-14.14%
Financiamentos obtidos	7,123,245.35	8,296,339.18	-1,173,093.83	-14.14%
Passivo corrente	3,532,678.15	2,511,105.82	1,021,572.33	40.68%
Fornecedores	782,092.60	905,906.08	-123,813.48	-13.67%
Estado e outros entes públicos	519,789.03	240,699.72	279,089.31	115.95%
Financiamentos obtidos	1,126,887.71	218,750.00	908,137.71	415.15%
Outras contas a pagar	1,103,908.81	1,145,750.02	-41,841.21	-3.65%
Total do passivo	10,655,923.50	10,807,445.00	-151,521.50	-1.40%
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	12,079,432.11	13,082,804.30	-1,003,372.19	-7.67%

4

Ativos Fixos Tangíveis - A Diminuição justifica-se da Forma seguinte:

Saldo Inicial	11,119,249.66
Investimento em 2015	5,625.65
Garantias de construção (Obrecol/BP)	-337,310.00
Outras regularizações	-25,760.00
Transferências	-3,564.53
Depreciações 2015	-617,595.27
Saldo Final	10,140,645.51

De relevante fará sentido afirmar que o valor das garantias de construção recebidas foram lançadas a crédito do investimento de construção e que as depreciações do investimento principal em 2015 foram feitas na totalidade ao invés de 2014 em que só foram contabilizadas 50%.

Quanto à **variação dos Investimentos Financeiros** esta resulta da contabilização do FCT nos anos de 2014 e 2015.

A **redução dos Inventários**, não fora o caso de tal facto gerar não vendas seria uma boa notícia. Não nos parece, pelo menos em parte, que seja o caso: **perdemos vendas por não termos produto em stock**. Daí poderemos concluir que a variação de stocks se justificará em grande parte pela escassez de meios financeiros.

A variação positiva **da conta de clientes** decorre do aumento de atividade.

As variações das restantes rubricas não merecem comentários.

A Variação dos Fundos Patrimoniais no montante explica-se da forma que se detalha:

Saldo Inicial	3,504,094.07
Aplicação dos resultados de 2014	-1,228,734.77
Ajustamento dos Subsídios	-50,000.00
ARSLVT	-37,500.00
Transferências	-12,500.00
Saldo Final	2,225,359.30

Financiamentos Obtidos - Para que possam ser comparáveis juntámos o Passivo corrente com o não corrente

	2015	2014	Diferença
Empréstimo obtidos totais	8,250,133.06	8,515,089.18	-264,956.12

Esta **redução** resulta da aplicação feita pela CGD das garantias em que ao invés de aceitar a nossa proposta **liquidou as livranças** e um pouco mais de **três prestações do empréstimo principal**. Inclui também a **diminuição (Pagamento) dos Leasings** e das **livranças do BCP** que devido à situação e incumprimento, entretanto comunicada ao Banco de Portugal pela CGD, deixaram de poder ser renovadas.

k

As dívidas a **fornecedores baixaram** significativamente (123.813.48€) em resultado de uma gestão do **prazo médio de encomenda no sentido do seu encurtamento** e que levou à redução de stocks.

As dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos aumentam devido aos três acordos de pagamento com a Segurança Social em vigor.

Ao longo de 2015 foram pagos acordos com os fornecedores de Investimento em cerca de 277m€. Como a CGD cortou todos os instrumentos de curto prazo e sem fontes de financiamento alternativas tivemos que recorrer à política da troca de **dívida velha por dívida nova**: no caso de dívida de exploração para dívida de investimento.

Os acordos de pagamento junto da Segurança Social cuja execução foi irrepreensível permitiu-nos também um financiamento pontual relevante e ter disponíveis **sempre** declarações de **não dívida**, imprescindível para as relações entre a Instituição e as Entidades Estatais.

B - Do investimento

O investimento foi reduzido a valores mínimos como se detalhada

Fornecedor	Nº fatura	Data	Valor	Conta AFT	Bem	Código
I.F.H.I., Lda	2015/14	31/01/2015	565.80	433309	Equipamento Médico	1595
Invacare	FA/029468	31/03/2015	1,065.71	433309	Mobiliário	1565
Raimbow	2015/298	30/04/2015	2,988.00	433702	Aspirador	2200
Remper C.A.S.	2015/A412	30/06/2015	341.94	433309	Equipamento de cozinha	1585
Bacelar & Irmão	2015/1151719	31/08/2015	664.20	433309	Carrinho medicamentos	1595
	TOTAL		5,625.65			

C - Dos Proveitos

Proveitos Totais - 2015 (menos vendas)	2015	2014	Diferença	
			Valor	%
TOTAL	3,984,706.68	3,002,844.22	981,862.46	32.70%
Prestações de Serviços	3,234,082.19	2,197,446.54	1,036,635.65	47.17%
Mensalidades Serviço Apoio Domiciliário	127,020.00	108,528.00	18,492.00	17.04%
Quotas de Associados	22,100.54	17,809.00	4,291.54	24.10%
Apoio Social Utentes - UCCI/ULD	655,534.59	653,110.66	2,423.93	0.37%
Apoio Social Utentes - UCCI/UMDR	953,655.01	416,403.38	537,251.63	129.02%
Mensalidade UR	1,038,398.43	681,646.97	356,751.46	52.34%
Sessões de Fisioterapia	135,818.60	119,476.52	16,342.08	13.68%
Consultas de Psicologia	76,485.00	76,745.00	-260.00	-0.34%
Consultas de Fisiatria	27,717.00	17,569.00	10,148.00	57.76%
Consultas de Terapia da Fala	18,560.00	13,336.30	5,223.70	39.17%
Outras consultas	6,830.00	10,714.50	-3,884.50	-36.25%
Medicina Dentária	51,881.00	12,913.60	38,967.40	301.75%
Enfermagem LAHGO	1,840.00	0.00	1,840.00	n.e
Apoio ao Domicilio - UR	740.00	0.00	740.00	n.e
Centro de Dia - UR	1,036.80	0.00	1,036.80	n.e
Outros Serviços Prestados	116,465.22	69,193.61	47,271.61	68.32%
Subsídios, doações e legados à exploração	587,133.79	690,989.27	-103,855.48	-15.03%
Acordo de Cooperação SAD	354,638.75	351,047.03	3,591.72	1.02%
Protocolo RSI	156,433.12	152,480.26	3,952.86	2.59%
Centro de Emprego de Almada	76,061.92	187,461.98	-111,400.06	-59.43%
Outros Rendimentos e Ganhos	163,490.70	114,408.41	49,861.44	42.90%
Rendimentos suplementares	39,490.63	36,967.40	2,523.23	6.83%
Descontos de pronto pagamento obtidos	1,431.47	446.99	984.48	220.25%
Recuperação de dívidas	1,750.00	1,400.00	350.00	25.00%
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1,815.00	2,120.00	-305.00	-14.39%
Ganhos em inventários		779.15	-779.15	-
Outros	119,003.60	72,694.87	46,308.73	63.70%
Subsidio de Investimento A.R.S.L.V.T.	37,500.00	18,750.00	18,750.00	100.00%
Subsidio Câmara Municipal de Almada	12,500.00	6,250.00	6,250.00	100.00%
Donativos Particulares	5,466.50	2,345.00	3,121.50	133.11%
Donativos Entidades		1,079.75	-1,079.75	-
Restituição de Impostos		517.50	-517.50	-
Outros não especificados	13,924.17	1,752.62	12,171.55	694.48%
Donativos Anónimos	42,000.00	42,000.00	0.00	0.00%
Correções relativas a períodos anteriores	7,612.93	0.00	7,612.93	n.e

Como poderemos verificar os acordos de cooperação **SAD** e **RSI** não apresentam alterações significativas de um exercício para o outro. Trata-se de ajustamentos sem grande significado.

As consultas de Psicologia - Não apresenta grandes variações o que equivale a dizer que esta valência atingiu a maturidade.

As Restantes consultas e os outros serviços prestados - Crescem sobretudo *à sombra* da Unidade Residencial;

Medicina dentária - A justificação para este crescimento resulta mais do facto de esta atividade em 2014 ser muito insipiente do que outra realidade qualquer. É uma das atividades referenciada como de alta qualidade, que poderá ter maior probabilidade de crescimento.

Quanto aos **subsídios do Centro de Emprego de Almada** que apresenta uma quebra de 2014 para 2015 na ordem dos 111.400,06€ explicam-se pela manutenção/quebra de emprego. Os subsídios do Centro de Emprego só são concedidos dentro de critérios definidos. Um deles prende-se com a criação líquida de emprego. Durante grande parte do exercício de 2015 a Instituição não cumpriu esse desiderato pelo que deixou de receber subsídios pelos novos contratados.

Quanto à UCCI (ld) - Não apresenta desvios por duas ordens de razão: a) - As receitas são fixas e contratualizadas dia a dia; b)- Capacidade utilizada média sempre acima dos 85%

Relativamente à UCCI (md) o desvio apresentado resulta do facto de a UCCI (md) só ter entrado em funcionamento a 15 de Julho de 2014. Quanto às receitas são fixas e contratualizadas dia a dia; A capacidade utilizada média fixou-se acima dos 85%.

Mensalidades da UR - A variação positiva das receitas da UR explicam-se por três fatores:

- a) - Aumento geral de preços;
- b) - Aumento da capacidade utilizada;
- c) - Adaptação do 3º piso da UR como Unidade de Internamento aumentando assim a diária por quarto;

Subsídios de Investimento - O crescimento deste subsídio resulta do facto de o indexante (depreciações) também ter crescido 100%. Como em 2014 só foram feitas metade das Depreciações/Amortizações só foi utilizado metade do Subsídio.

Donativos Anónimos - Não apresentam qualquer variação. Contrato de comodato de Vending+Café no HGO com a firma Pinto & Ribeiro.

As restantes rúbricas não merecem comentários.

D - Dos Custos

Quanto à evolução dos Custos de um modo geral verifica-se um aumento dos *custos variáveis*, resultado do aumento de atividade sobretudo da UCC(ind) e a uma *manutenção* e até *diminuição dos custos fixos*.

D1 - Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos -2015	2015	2014	Diferença	
			Valor	%

TOTAL	1,197,012.13	1,014,998.19	182,013.94	17.93%
--------------	---------------------	---------------------	-------------------	---------------

Trabalhos especializados	113,733.66	170,297.48	-56,563.82	-33.21%
Publicidade e propaganda	4,817.79	2,999.79	1,818.00	60.60%
Vigilância e Segurança	20,430.67	36,100.44	-15,669.77	-43.41%
Honorários	659,210.83	386,566.01	272,644.82	70.53%
Conservação e Reparação	16,218.57	11,953.38	4,265.19	35.68%
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	5,538.16	4,571.83	966.33	21.14%
Livros e Documentação Técnica	609.95	2,123.50	-1,513.55	-71.28%
Material de Escritório	9,260.88	14,293.30	-5,032.42	-35.21%
Artigos para oferta	746.36	317.39	428.97	135.16%
Eletricidade	113,559.75	98,571.13	14,988.62	15.21%
Combustíveis - Viaturas	9,827.92	8,515.41	1,312.51	15.41%
Outros Combustíveis - Gaz	21,394.24	25,047.19	-3,652.95	-14.58%
Água	19,012.12	12,305.92	6,706.20	54.50%
Deslocações, Estadas e Transportes	2,142.16	3,484.48	-1,342.32	-38.52%
Rendas - Imóveis	28,580.00	28,333.42	246.58	0.87%
Rendas - Equipamentos	9,324.71	13,471.97	-4,147.26	-30.78%
Cedência Exploração (HGO)	26,398.00	26,923.00	-525.00	-1.95%
Comunicação - Rede Fixa	8,304.56	6,605.28	1,699.28	25.73%
Comunicação - Rede Móvel	11,217.63	16,443.01	-5,225.38	-31.78%
Comunicação - Transmissão de dados	20,590.73	19,153.69	1,437.04	7.50%
Comunicação - Correspondência	1,780.62	3,395.41	-1,614.79	-47.56%
Seguros - Ramo Incêndio	9,583.45	10,916.85	-1,333.40	-12.21%
Seguros - Ramo Multirriscos	887.97	2,840.18	-1,952.21	-68.74%
Seguros - Equipamento Básico	1,113.24	2,015.47	-902.23	-44.77%
Seguros - Ramo. Aut. - Viaturas de Mercadorias	2,351.28	2,916.41	-565.13	-19.38%
Seguro Acidentes Pessoais	0.00	3,955.44	-3,955.44	-100.00%
Seguro Responsabilidade Civil	157.50	1,335.25	-1,177.75	-88.20%
Outros seguros	1,218.64	1,356.52	-137.88	-10.16%
Contencioso e Notariado	1,836.85	3,147.87	-1,311.02	-41.65%
Despesas de representação	113.32	1,894.76	-1,781.44	-94.02%
Limpeza, Higiene e Conforto	63,121.78	51,898.95	11,222.83	21.62%
Outros Serviços	13,928.79	41,247.46	-27,318.67	-66.23%

Como afirmamos atrás, o aumento de 17.93% justifica-se pelo **crescimento dos custos variáveis**. Veja-se o caso da **Eletricidade**, da **Água**, da **Limpeza, Higiene e Conforto**, e **Conservação e Reparação** e por fim o principal aumento é na rúbrica de **Honorários**: mais 272.644,82€ em valores absolutos e +70,53% em valores relativos. Esta rúbrica terá sofrido também algum efeito com a transferência de Enfermeiros que deixaram de ter contrato de trabalho passando para contrato de prestação de serviços.

Quanto aos custos fixos mantiveram-se ou sofreram alguma retração. Veja-se o caso do **Material de Escritório**, das **Comunicações**, dos **Trabalhos Especializados** por exemplo.

Os Subcontratos do ano de 2014 (fornecimento de refeições Uniself) e 2015 foram transferidos para Custo das Matérias Primas e Subsidiárias da Cozinha.

D2 - Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal - 2015	2015	2014	Diferença	
			Valor	%
TOTAL	2,292,715.39	2,288,161.66	4,553.73	0.20%
Número Funcionários (reportado a 31.12)	178	200	-22	-11.00%
Remunerações Normais	1,766,071.94	1,780,879.73	-14,807.79	-0.83%
Subsidio Alimentação	33,071.04	32,381.29	689.75	2.13%
Gratificações	16,192.85	10,319.22	5,873.63	56.92%
Diuturnidades	15,758.02	12,754.12	3,003.90	23.55%
Subsidio de Transporte	31,668.25	36,472.15	-4,803.90	-13.17%
Indemnizações	602.96	0.00	602.96	n.e
Encargos sobre remunerações	409,317.27	397,627.73	11,689.54	2.94%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	12,632.53	13,221.29	-588.76	-4.45%
Outros gastos com o pessoal	7,400.53	4,506.13	2,894.40	64.23%

Em primeiro lugar convirá referir que a diminuição de 22 funcionários resulta de uma realidade instantânea reportada a 31.12 dos respetivos anos de referência. Só assim se explica que -22 funcionários não tenham gerado um abaixamento relevante na Massa Salarial. Acresce que a grande rotatividade de pessoal sobretudo no último quadrimestre com muitas saídas posteriormente compensadas com contratos de prestação de serviços (honorários), por via dos encerramentos de contas aumentou os gastos com pessoal no exercício.

As rúbricas com aumentos significativos resultam de igual modo do nível de atividade.

D3 - Custos Financeiros

Gastos e Perdas de Financiamento - 2015	2015	2014	Diferença	
			Valor	%
TOTAL	467,072.92	413,544.08	53,528.84	12.94%
Juros Médio e Longo Prazo	343,168.50	358,399.65	-15,231.15	-4.25%
Juros Curto Prazo (Livranças+CC)	58,774.12	18,785.99	39,988.13	212.86%
Juros Factoring	15,556.86	10,120.08	5,436.78	53.72%
Juros Leasings	6,890.67	10,009.34	-3,118.67	-31.16%
Juros Segurança Social (Acordos)	3,487.15	1,057.03	2,430.12	229.90%
Despesas Letras Aceites (Estrela do Norte+Uniself)	24,355.79	3,850.27	20,505.52	532.57%
Despesas Bacárias	14,839.83	11,321.72	3,518.11	31.07%

Ao contrário do previsto os Custos Financeiros globais aumentaram. O crédito mais barato baixou: Médio e Longo prazo e leasings; o crédito mais caro: Letras aceites e livranças subiram.

A toda esta realidade teremos que juntar o facto da dívida não ter sido reestruturada como previsto (Ago2015) e a situação de incumprimento que se seguiu limitou o acesso ao crédito mais barato. A consequência disso foi um agravamento de mais de 50m€ relativamente a 2014.

D4 - Outros Custos

Outros Gastos e Perdas - 2015	2015	2014	Diferença	
			Valor	%
TOTAL	61,281.39	69,721.91	-8,440.52	-12.11%
Imposto sobre valor acrescentado	11,676.08	0.00	11,676.08	n.e
Taxas diversas	1,055.50	1,897.85	-842.35	-44.38%
Donativos HGO	40,536.30	42,963.11	-2,426.81	-5.65%
Donativos Diversos	6,705.09	4,085.48	2,619.61	64.12%
Quotizações	30.00	423.00	-393.00	-92.91%
Correções relativas a períodos anteriores	1,278.42	19,859.19	-18,580.77	-93.56%
Outros não especificados	0.00	493.28	-493.28	-100.00%

Os outros custos assumem-se, no contexto como custos residuais e cuja variabilidade é mais difícil de explicar. A verba de donativos HGO acaba por ser a verba mais relevante e que merece alguma explicação. Trata-se da assunção por parte da instituição do valor a pagar pelos utentes na aquisição dos materiais de Ostomia. A diminuição prende-se com o facto de termos vendido menos material deste tipo.

Em conclusão:

A 31.12.2015 a Instituição têm um problema financeiro para resolver que passa pela reestruturação da dívida junto da CGD.

Esta reestruturação, seja pelo aumento do prazo de pagamento, seja pela diminuição do *spread*, ou provavelmente pelos dois efeitos, deverá fixar um prestação mensal de capital e juros suscetível de ser honrada pelos meios libertos.

Perseguir o aumento dos proveitos e a contenção permanente dos custos melhorará certamente os meios libertos.

Aqui chegados concluímos que o ano de 2016 será um ano de consolidação dos resultados, caso se mantenha o rumo da gestão.

Pragal, 18 de Junho de 2015



Humberto Ramalhinho

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	10.140.645,51	11.119.249,66
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	2.376,48	0,00
Investimentos financeiros	17.1	58.214,24	38.727,35
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		10.201.236,23	11.157.977,01
Activo corrente			
Inventários	9	130.305,57	217.412,44
Clientes	17.3	361.191,24	291.746,29
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.10	952,60	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	17.4	1.374.348,70	1.378.839,16
Diferimentos	17.5	3.129,93	3.129,93
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	17.7	8.267,84	33.699,47
		1.878.195,88	1.924.827,29
Total do activo		12.079.432,11	13.082.804,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	17.8	326.284,45	326.284,45
Resultados transitados	17.8	-1.525.925,15	-297.190,38
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	3.425.000,00	3.475.000,00
		2.225.359,30	3.504.094,07
Resultado líquido do período		-801.850,69	-1.228.734,77
Total do fundo de capital		1.423.508,61	2.275.359,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	7.123.232,93	8.296.339,18
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		7.123.232,93	8.296.339,18
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	782.092,60	905.906,08
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17.10	519.789,03	240.699,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	1.126.900,13	108.750,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	17.11	1.103.908,81	1.145.750,02
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		3.532.690,57	2.401.105,82
Total do passivo		10.655.923,50	10.697.445,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		12.079.432,11	12.972.804,30

A Direcção

O C.C.

LAHGO - Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 502662590

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	10	4.216.408,63	3.320.493,39
Subsídios, doações e legados à exploração	10 - 17.3	587.133,79	715.989,27
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	1.126.937,98	848.795,22
Fornecimentos e serviços externos	17.14	1.196.929,31	1.342.760,06
Gastos com o pessoal	15	2.292.715,39	2.288.161,66
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	5.163,50	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17.15	163.490,70	89.408,41
Outros gastos e perdas	17.16	61.281,39	69.721,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		284.005,55	-423.547,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	618.783,32	391.643,24
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-334.777,77	-815.191,02
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,33
Juros e gastos similares suportados	17.17	467.072,92	413.544,08
Resultados antes de impostos		-801.850,69	-1.228.734,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-801.850,69	-1.228.734,77

A Direcção

O C.C.

7



LAHGO - Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício de 2015



Índice

Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015

Demonstração dos Resultados Individuais de 31 de Dezembro de 2015

Mapa dos Fluxos de Caixa

Anexo

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Activos Fixos Tangíveis	11
6	Activos Intangíveis	14
7	Locações	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos	16
9	Inventários	18
10	Rédito	18
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	19
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	20
14	Imposto sobre o Rendimento	20
15	Benefícios dos empregados	20
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
17	Outras Informações	21
17.1	Investimentos Financeiros	21
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	21
17.3	Clientes e Utentes	21
17.4	Outras contas a receber	22
17.5	Diferimentos	22
17.6	Outros Activos Financeiros	22
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	22
17.8	Fundos Patrimoniais	23

4

17.9 Fornecedores	23
17.10 Estado e Outros Entes Públicos	23
17.11 Outras Contas a Pagar	24
17.12 Outros Passivos Financeiros	24
17.13 Subsídios, doações e legados à exploração	24
17.14 Fornecimentos e serviços externos	24
17.15 Outros rendimentos e ganhos	25
17.16 Outros gastos e perdas	25
17.17 Resultados Financeiros	25
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	26

1 Identificação da Entidade

A “LAHGO - Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) com estatutos publicados no Diário da República n.º 61, Série III, de 13-3-1992 com sede em Avenida Professor Torrado da Silva - HGO.

No âmbito dos seus objetivos estatutários, tem como missão:

- a) Promover a assistência aos doentes durante os períodos de internamento hospitalar ou ambulatório;
- b) Apoiar, mediante a concessão de bens e/ou prestação de serviços, os doentes mais carenciados e, eventualmente, os seus familiares necessitados, na medida dos recursos financeiros disponíveis;
- c) Promover e apoiar iniciativas de carácter social, cultural e recreativo no âmbito hospitalar;
- d) Promover e responsabilizar-se pela execução de tarefas e pelo funcionamento de serviços mediante acordos a firmar com o Hospital.
- e) Promover, em colaboração com entidades oficiais quaisquer atividades ou prestações de serviços com vista à reinserção social de quaisquer indivíduos em situação de exclusão.
- f) Para a concretização e consolidação dos seus objetivos mais gerais a Instituição propõe-se criar Lar Social de Idosos, Unidade Residencial, Unidade de Cuidados Continuados Integrados, Centro de Dia e outros equipamentos, serviços ou valências.

2. Além dos enumerados no número anterior, a Liga poderá prosseguir outros objetivos, tais como assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente, crianças, jovens, deficientes e idosos, através da prestação de serviços de apoio domiciliário e outros.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

4

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que ocorrem, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As grandes beneficiações (reparações) serão registadas como activo fixo tangível (AFT).

As depreciações começam a ser registadas logo que o bem entre em funcionamento segundo o método das quotas constantes nos termos do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro de 2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Não se aplica
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	Não se aplica
Equipamento administrativo	3
Outros Activos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, corrigidas com o coeficiente de desvalorização monetária, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não se aplica.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Não se aplica.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes nos termos do Dec.- Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro de 2009.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	Não se aplica
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	Não se aplica
Outros Ativos Intangíveis	3

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição.

É dada informação complementar, tendo em conta os resultados das entidades participadas.

Quanto ao Fundo de Compensação de Trabalho, é ajustado anualmente no caso de haver variações: se positivas, registadas numa conta de “outros proveitos”, se negativas, numa conta de “outros custos”.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo unitário médio ponderado.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários, o custo unitário médio ponderado.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço as Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Não se aplica.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

Não se aplica.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

No entanto, o valor total foi subdividido entre passivo não corrente, ou seja, os montantes cuja obrigatoriedade de reembolso vão além do ano de 2016, e passivo corrente que inclui todas as obrigações de reembolso no exercício de 2016.

Os “Encargos Financeiros” de financiamento e funcionamento foram registados como custos do período na rubrica “Juros de Financiamento Obtidos”.

Locações

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estão registadas na rubrica de “Empréstimos Obtidos” (Locações Financeiras) e divididas entre passivo corrente (rendas a vencer no ano de 2016) a passivo não corrente (rendas vincendas a partir do ano de 2016).

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

Não se aplica.

Bens do património histórico, artístico e cultural

Não se aplica.

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Edifícios e outras construções	198.566,71	7.715.596,65	0,00	0,00	0,00	7.914.163,36
Equipamento básico	719.080,16	49.316,93	0,00	0,00	0,00	768.397,09
Equipamento de transporte	80.038,13	0,00	0,00	0,00	0,00	80.038,13
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	299.695,71	192.821,72	0,00	0,00	0,00	492.517,43
Outros Activos fixos tangíveis	25.460,62	130.876,27	0,00	0,00	0,00	156.336,89
Total	1.322.841,33	10.588.611,57	0,00	0,00	0,00	11.911.452,90
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	55.326,40	202.493,94	0,00	0,00	0,00	257.820,34
Equipamento básico	161.270,17	122.186,98	0,00	0,00	0,00	283.457,15
Equipamento de transporte	68.538,18	0,00	0,00	0,00	0,00	68.538,18
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	112.995,35	41.397,53	0,00	0,00	0,00	154.392,88
Outros Activos fixos tangíveis	2.429,90	25.564,79	0,00	0,00	0,00	27.994,69
Total	400.560,00	391.643,24	0,00	0,00	0,00	792.203,24

Descrição	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
Edifícios e outras construções	143.240,31	7.715.596,65	202.493,94	7.656.343,02
Equipamento básico	557.809,99	49.316,93	122.186,98	484.939,94
Equipamento de transporte	11.499,95	0,00	0,00	11.499,95
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	186.700,36	192.821,72	41.397,53	338.124,55
Outros Activos fixos tangíveis	23.030,72	130.876,27	25.564,79	128.342,20
Total	922.281,33	10.588.611,57	391.643,24	11.119.249,66

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Edifícios e outras construções	7.914.163,36	0,00	0,00	-363.070,00	0,00	7.551.093,36
Equipamento básico	768.397,09	2.637,65	0,00	39.038,98	0,00	810.073,72
Equipamento de transporte	80.038,13	0,00	0,00	0,00	0,00	80.038,13
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	492.517,43	0,00	0,00	-42.603,52	0,00	449.913,91
Outros Activos fixos tangíveis	156.336,89	2.988,00	0,00	0,00	0,00	159.324,89
Total	11.911.452,90	5.625,65	0,00	-366.634,54	0,00	11.550.444,01
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	257.820,34	373.767,96	0,00	0,00	0,00	631.588,30
Equipamento básico	283.457,15	125.233,23	0,00	0,00	0,00	408.690,38
Equipamento de transporte	68.538,18	0,00	0,00	0,00	0,00	68.538,18
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	154.392,88	92.431,68	0,00	0,00	0,00	246.824,56
Outros Activos fixos tangíveis	27.994,69	26.162,39	0,00	0,00	0,00	54.157,08
Total	792.203,24	617.595,26	0,00	0,00	0,00	1.409.798,50

Descrição	2015			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Edifícios e outras construções	7.656.343,02	0,00	736.837,96	6.919.505,06
Equipamento básico	484.939,94	2.637,65	86.194,25	401.383,34
Equipamento de transporte	11.499,95	0,00	0,00	11.499,95
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	338.124,55	0,00	135.035,20	203.089,35
Outros Activos fixos tangíveis	128.342,20	2.988,00	26.162,39	105.167,81
Total	11.119.249,66	5.625,65	984.229,80	10.140.645,51

Propriedades de Investimento

Não se aplica.

6 Activos Intangíveis

Bens do domínio público

Não se aplica.

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	3.564,54	0,00	0,00	0,00	3.564,54
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	3.564,54	0,00	0,00	0,00	3.564,54
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de Computador	0,00	1.188,06	0,00	0,00	0,00	1.188,06
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.188,06	0,00	0,00	0,00	1.188,06

Descrição	2015			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	0,00	3.564,54	1.188,06	2.376,48
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	3.564,54	1.188,06	2.376,48

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2015			2014		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	314.631,47	89.836,28	189.276,47	314.631,47	44.948,14	176.339,18
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	314.631,47	89.836,28	189.276,47	314.631,47	44.948,14	176.339,18

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	49.216,57	6.890,67	56.107,24	45.044,29	10.009,34	55.053,63
De um a cinco anos	125.354,47	6.771,43	132.125,90	174.571,04	13.662,10	188.233,14
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	174.571,04	13.662,10	188.233,14	219.615,33	23.671,44	243.286,77

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que ocorrem.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	48.432,90	343.168,50	391.601,40	358.399,65	0,00	358.399,65
Loações Financeiras	6.890,67	0,00	6.890,67	10.009,34	0,00	10.009,34
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	10.341,22	10.341,22	18.578,09	0,00	18.578,09
Contas Bancárias de Factoring	15.556,86	0,00	15.556,86	10.120,08	0,00	10.120,08
Contas bancárias de letras aceites	24.355,79	0,00	24.355,79	3.850,27	0,00	3.850,27
Outros Empréstimos	18.326,98	0,00	18.326,98	12.586,65	0,00	12.586,65
Total	113.563,20	353.509,72	467.072,92	413.544,08	0,00	413.544,08

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	190.562,40	329.979,54	520.541,97	0,00	349.371,22	349.371,22
De um a cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	190.562,40	329.979,54	520.541,97	0,00	349.371,22	349.371,22

Evolução dos empréstimos obtidos:

Descrição	Saldo Inicial	2015			Saldo Final
		Aumentos	Diminuições	Transferências	
Empréstimos Médio/Longo Prazo	7.920.000,00	0,00	190.562,43	-879.999,86	6.849.437,71
Conta Caucionada CGD	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Empréstimos Curto Prazo	0,00	14.691,49	0,00	879.999,86	894.691,35
Livranças					
CGD	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00
BCP	108.750,00	0,00	13.557,00	0,00	95.193,00
Leasings	176.339,18	0,00	50.984,18	0,00	125.355,00
Factoring	0,00	85.456,00	0,00	0,00	85.456,00
Total	8.515.089,18	100.147,49	365.103,61	0,00	8.250.133,06

NOTA IMPORTANTE:

O empréstimo de € 7.920.000,00 goza de aval pessoal de quem obriga a Instituição, a saber:

O Presidente, Fernando Neves e cônjuge e do Tesoureiro, Humberto Ramalinho.

Impende sobre o edifício das Unidades de Saúde um contrato de hipoteca a favor da CGD no montante de € 11.907.720,00.

À data de 31 de Dezembro de 2015, o montante em dívida era de € 7.729.437,57.

A conta caucionada até ao montante de € 200.000,00 goza a aval pessoal de quem obriga a Instituição, a saber:

O Presidente, Fernando Neves e o Tesoureiro, Humberto Ramalinho.

Impende sobre o edifício sobre o edifício das Unidades de Saúde um contrato de hipoteca a favor da CGD no montante de € 294.700,00.

A livrança de € 110.000,00 junto da CGD é amortizada em 10% ao mês e goza de aval pessoal de quem obriga a Instituição, a saber:

O Presidente, Fernando Neves e o Tesoureiro, Humberto Ramalinho.

Foi liquidada pela totalidade no exercício de 2015.

Está contratualizada junto do BCP uma linha de financiamento suportada por livrança no montante até € 125.000,00 e goza de aval pessoal de quem obriga a Instituição, a saber:

O Presidente, Fernando Neves e o Tesoureiro, Humberto Ramalinho.

Este financiamento está garantido com hipoteca sobre os imóveis da Rua Quinta da Horta e Praceta Leonel Ferreira.

À data de 31 de Dezembro de 2015, o montante em dívida era de € 95.193,00.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	195.245,03	870.962,63	0,00	217.412,44	822.546,28	0,00	126.262,21
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	217.284,83	0,00	4.043,36
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	195.245,03	870.962,63	0,00	217.412,44	1.042.860,71	0,00	130.305,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	848.795,22	0,00	0,00	1.126.937,98
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	982.326,44	1.123.046,85
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	127.020,00	108.528,00
Quotas e jóias	22.100,54	17.809,00
Outros Serviços Prestados	3.084.961,65	2.071.109,54
Subsídios, doações e legados à exploração	587.133,79	715.989,27
Outros Rendimentos e ganhos	163.490,70	89.408,41
Juros	0,00	0,33
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	4.967.033,12	4.125.891,40



11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Não se aplica.

Passivos contingentes

Não se aplica.

Activos contingentes

Obrecol:

A dívida da Obrecol no montante de € 618.782,29 está reconhecida em sede de P.E.R., estando previsto o início do reembolso em prestações trimestrais, no último trimestre de 2017.

Relativamente às garantias bancárias (*first-demand*) junto do Banco Popular no montante de € 337.310,00, foram recebidas pela Instituição no final de 2015.

Sobre a utilização desta verba, juntamos proposta enviada em tempo à Caixa Geral de Depósitos em contraponto à solução que adotaram.

Estado – Autoridade Tributária:

A Instituição interpôs uma Ação Administrativa Especial (AAE) no sentido de recuperar IVA da Construção nos termos do Decreto-Lei 20/90 no montante de € 746.131,54.

Esta ação assenta na interpretação dos Estatutos da Instituição sobre a construção do Lar.

A LAHGO continua a aguardar sentença sobre esta matéria.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
ARSLVT	693.750,00	731.250,00
Apoios do Governo		
Câmara Municipal de Almada	231.250,00	243.750,00
Total	925.000,00	975.000,00

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se aplica.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2015 e 2014, foram, respetivamente 5 e 7.

Houve alteração na composição dos órgãos sociais entre 2014 e 2015.

Os órgãos diretivos não são remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 200 e em 31/12/2015 foi de 179.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1.862.762,10	1.872.806,51
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	602,96	0,00
Encargos sobre as Remunerações	409.317,27	397.627,73
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12.632,53	13.221,29
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	7.400,53	4.506,13
Total	2.292.715,39	2.288.161,66

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

No entanto, a Instituição mantém um acordo de pagamento junto da Segurança Social.



17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	38.727,35	38.727,35
Método de Equivalência Patrimonial	38.727,35	38.727,35
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	19.486,89	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	58.214,24	38.727,35

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não há saldos.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	338.261,04	262.414,44
Utentes	21.385,70	29.331,85
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	6.708,00	0,00
Total	366.354,74	291.746,29

Nos períodos de 2015 e 2014 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2015	2014
Clientes	0,00	0,00
Utentes	-5.163,50	0,00
Total	-5.163,50	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	1.374.348,70	1.378.839,16
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1.374.348,70	1.378.839,16

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Cauções	3.129,93	3.129,93
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Activos Financeiros

Não se aplica.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	3.875,23	2.807,36
Depósitos à ordem	4.392,61	30.892,11
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	8.267,84	33.699,47

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	326.284,45	0,00	0,00	326.284,45
Resultados transitados	-297.190,38	0,00	-1.228.734,77	-1.525.925,15
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.475.000,00	0,00	-50.000,00	3.425.000,00
Total	3.504.094,07	0,00	-1.278.734,77	2.225.359,30

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	561.028,52	780.119,29
Fornecedores títulos a pagar	221.064,08	125.786,79
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	782.092,60	905.906,08

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	952,60	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	952,60	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.966,66	16.278,31
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	26.293,41	29.067,59
Segurança Social	490.633,22	195.353,82
Outros Impostos e Taxas (FCT e FGCT)	895,74	0,00
Total	519.789,03	240.699,72

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	105.741,55	0,00	112.537,50
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	228.607,88	0,00	313.580,93
Credores por acréscimo de gastos	0,00	312.738,58	0,00	340.885,19
Outros credores	0,00	456.820,80	0,00	378.746,40
Total	0,00	1.103.908,81	0,00	1.145.750,02

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	511.071,87	503.527,29
Subsídios de outras entidades	76.061,92	212.461,98
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	587.133,79	715.989,27

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	0,00	327.761,87
Serviços especializados	814.411,52	607.917,10
Materiais	16.155,35	21.306,02
Energia e fluidos	163.794,03	144.439,65
Deslocações, estadas e transportes	2.142,16	3.484,48
Serviços diversos	200.426,25	237.850,94
Total	1.196.929,31	1.342.760,06

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	39.490,63	36.967,40
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.431,47	446,99
Recuperação de dívidas a receber	1.750,00	1.400,00
Ganhos em inventários	0,00	650,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.815,00	2.249,15
Outros rendimentos e ganhos	119.003,60	47.694,87
Total	163.490,70	89.408,41

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	12.731,58	2.336,66
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	48.549,81	67.385,25
Total	61.281,39	69.721,91

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	427.877,30	398.372,09
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	39.195,62	15.171,99
Total	467.072,92	413.544,08
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,33
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,33
Resultados Financeiros	-467.072,92	-413.543,75

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

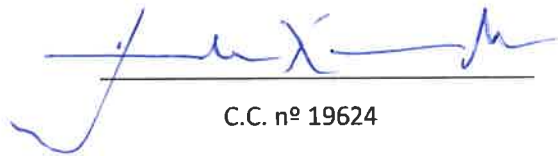
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em ____/____/2016.

Almada, 15 de Junho de 2016

O Contabilista Certificado

Pel' A Direção



C.C. nº 19624

LAHGO - Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 502662590
 Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		5 272 865,37	4 506 869,19
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	284,40
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		2 198 780,94	1 979 003,65
Pagamentos ao pessoal	1	2 609 540,90	2 313 483,22
Caixa gerada pelas operações		464 543,53	214 097,92
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		61 380,28	-169 102,19
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		525 923,81	44 995,73
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		5 625,65	35 745,13
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		337 310,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,07
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		331 684,35	-35 745,13
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	418 750,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		365 103,61	45 044,29
Juros e gastos similares		467 072,92	413 544,08
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		66 113,40	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-832 176,53	-39 838,37
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		25 431,63	-30 587,77
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		33 699,47	64 287,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 267,84	33 699,47

1- Inclui honorários e encargos sociais

A Direcção

O.C.C.

LAHGO - Liga de Amigos do Hospital Garcia de Orta
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 502662590
 Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		5 272 865,37	4 506 869,19
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	284,40
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		2 198 780,94	1 979 003,65
Pagamentos ao pessoal	1	2 609 540,90	2 313 483,22
Caixa gerada pelas operações		464 543,53	214 097,92
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		61 380,28	-169 102,19
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		525 923,81	44 995,73
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		5 625,65	35 745,13
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		337 310,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,07
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		331 684,35	-35 745,13
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	418 750,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		365 103,61	45 044,29
Juros e gastos similares		467 072,92	413 544,08
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		66 113,40	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-832 176,53	-39 838,37
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		33 699,47	64 287,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 267,84	33 699,47

1- Inclui honorários e encargos sociais

A Direcção

O C.C.

LIGA DE AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA

Assunto: Garantias Bancárias "*First demand*" junto do Banco Popular

Como é do conhecimento da CGD a LAHGO mantinha e mantém um contencioso junto do Banco Popular relativamente a garantias prestadas no âmbito da construção. Por cada fatura paga era feita uma garantia bancária de 10% do valor ou em alternativa o dono da obra tinha o direito de reter os mesmos 10% a título de garantia.

Após o abandono da obra pela Obrecol, SA pedimos a execução dessas garantias junto do Banco popular. Este processo iniciou-se a **23.04.2013**.

No passado dia **30.10.2015** foi marcada uma audiência de conciliação entre as partes: LAHGO e Banco Popular.

Não houve qualquer acordo, ficando a leitura da sentença para o passado dia 12.11.2015.

No dia **11.11.2015** a LAHGO foi contactada pela advogada Dr^a. Cristina Santos Silva, informando que o Banco Popular estaria disposto a pagar de imediato as garantias desde que a LAHGO perdoasse os juros.

Não sendo o valor do juros despidiendos, cerca de 50.000,00€, com base no e-mail enviado pela advogada, a Direção na *lógica de que é melhor um mau acordo do que uma boa sentença*, para além da fragilidade da sua tesouraria, aceitou as condições.

Em resumo: foram necessários **2 anos e 7 meses** para a LAHGO ser ressarcida de uma verba que deveria ter sido recebida de imediato.

A CGD tem sido informada a par e passo de todo este processo, que foi elaborado pelo Departamento Financeiro juntamente com a advogada da LAHGO. Este processo foi sempre mencionado em todos os documentos que foram para a CGD e foi sempre reforçado que se a LAHGO tivesse retido estes valores nos pagamentos à Obrecol, teria feito toda a diferença a nível financeiro.

A LAHGO está na eminência de receber o valor de **337.310,00€**

Para que todo este processo, a exemplo de todos os outros corram com a maior das transparências, "utilizamos" uma conta CGD sem movimento para que todas as utilizações sejam imediatamente verificáveis.

Damos como reproduzida e conhecida a atual situação de tesouraria da instituição. Ainda assim, valerá a pena referir o seguinte:

Contrato de factoring

Salvo melhor opinião o contrato está em vigor. Assim sendo como é possível que o processo de adiantamento de verbas se eternize? Um único cliente: ARSLVT, paga nos prazos, risco zero.

A dias de hoje, **16.11.2015** apesar de as faturas terem sido cedidas a **09.11.2015**, continuamos sem o bendito despacho. Consequências: Incumprimento no pagamento dos juros, Livranças não reformadas, e pior de tudo a 1^a tranche de vencimentos a pagar.

Para além dos custos sociais, ainda na Sexta-feira dia **13/11/2015** recebemos a visita da ACT por queixas por não pagarmos os vencimentos a tempo, os custos efeitos por estas morosidades *crecem em cascata* fragilizando ainda mais a já debilitada situação de tesouraria (anexo 3). Percebemos a demora devida à atual situação de incumprimento, mas se esta é a causa das coisas então eliminemos a *coisas da causa* com uma prorrogação da carência de capital, sanando o incumprimento, e a partir daí voltar à normalidade.

Perante esta entrada de recursos, seria excelente que a LAHGO pudesse por exemplo propor, não o pagamento das prestações de capital em atraso porque esse assunto terá que ser tratado em sede própria (Reestruturação), mas por exemplo amortizar a livrança em curso ou parte dela.

Contudo, pensamos que não seria nem avisado, nem sensato nem sério fazê-lo, pelos motivos que detalhamos.

Plano previsional de utilização dos **337.310,00€**

Destino	Valor	Notas
Vencimentos Outubro	68.334,41 €	Pagos na totalidade
Recibos Verdes Atrasados	7.446,60 €	Pagos na totalidade
Recibos Verdes Outubro	29.548,50 €	Pagos na totalidade
Direção Clínica	30.450,00 €	desde Abril/15 a Outubro
Médicos	29.041,25 €	desde Maio/15 a Outubro
Investimento	86.912,83 €	exceto Hill Rom (tem acordo de pagamento) e Proman
Fornecedores lojas	85.576,41 €	Δ analisar caso a caso
TOTAL	337.310,00 €	

Consideramos que os colaboradores, fornecedores de investimento e fornecedores correntes foram os mais prejudicados por esta questão e o facto de terem aguentado como podiam (e como não podiam), permitiram que a LAHGO ainda esteja hoje de portas abertas. Não esquecemos também a ajuda fundamental da CGD.

1-Questão dos vencimentos:

Para pagamento imediato e total. Com este pagamento, todos os colaboradores da LAHGO (trabalho dependente e independente) ficam com os salários em dia à data de 31/10/2015.

Escusamos de voltar a reforçar a importância deste pagamento. É do conhecimento da CGD todas as implicações da questão dos salários.

2-Fornecedores de Investimento:

Neste ponto, juntamos mapa de investimento atualizado (anexo 2). A CGD está a par de todo o processo de investimento e inclusive dos valores já pagos pela LAHGO ao longo dos últimos meses. O valor em dívida em Outubro de 2014 era de € 515.728,88. Hoje é de € 238.465,12. Neste ponto, a LAHGO pretende saldar as dívidas dos fornecedores de investimento na íntegra e de imediato, com a exceção da empresa Hill Rom (tem acordo de pagamento já assinado) e da empresa

Proman (que pretendemos negociar a dívida). No que diz respeito à empresa Hill Rom, pretendemos com o valor disponível efetuar o pagamento de 2 prestações (Outubro e Novembro) e retomar os pagamentos mensais a partir de Dezembro. Os restantes fornecedores ficam com as dívidas definitivamente saldadas.

A CGD tem conhecimento do esforço financeiro da LAHGO, que pagou durante os últimos 9 meses, € 277.263,76 de dívidas de investimento, através de meios próprios.

3-Fornecedores correntes:

Igualmente muito prejudicados em todo este processo, estes fornecedores (na sua maioria) nunca deixaram de apoiar a LAHGO, mas obviamente com condicionantes. Uns aceitam que se pague a encomenda a pronto, abatendo valores para trás, outros satisfazem as encomendas mediante pagamentos negociados, outros até fazem descontos de pronto pagamento, mesmo com dívidas para trás. Neste particular, a LAHGO pretende, junto de alguns fornecedores, efetuar a liquidação dos valores em dívida na totalidade, com outros, cujos valores são maiores, efetuar pagamentos superiores a cada encomenda feita. Neste ponto, a importância será a de retomar os fornecimentos normais das lojas, permitindo assim o aumento de receitas. Não falamos de fazer stocks astronómicos como antigamente, mas sim, ter material à disposição ou possibilidade de o adquirir, sem constrangimentos. Este ponto ajuda a resolver a questão das receitas das lojas, no presente e no futuro, e permite recomeçar a recuperação dos clientes entretanto perdidos pelas questões que a CGD tão bem conhece.

O que pretendemos?

Como se depreende do mapa de utilização não está prevista nenhuma verba para fazer face ao Subsídio de Natal (cerca de 90.000,00). Nesta lógica não temos como fazê-lo, sem retirar uma qualquer das naturezas de pagamentos inscritos; para pagarmos o Subsídio de Natal teríamos que condicionar a resolução das dívidas de investimento, ou condicionar o regular abastecimento das lojas. Em qualquer dos casos seria, em nossa opinião, uma má solução.

Nesta lógica o que a LAHGO pretenderia, a exemplo do ano passado, e um vez que essa livrança de 2014 termina justamente a 13.12.2015 (faltam 11.000,00), contratualizar uma nova livrança a 60 ou 90 dias, no montante de **100.000,00€** antes do dia **15.12.2015** para fazer face ao Subsídio de Natal.

Não nos parece que daqui decorra um maior envolvimento da CGD. De resto, a exposição ao Grupo vem diminuído e não tem sido assim tão pouco: Junto da CLF os contratos de Leasings estão pagos na ordem dos 62% ou seja **214.737,78€**.

Esta seria a solução para arranjar folego para o ano de 2016

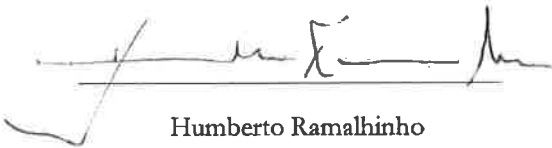
E por fim,

A CGD tem tido acesso a todos os documentos e tem acompanhado melhor do que ninguém as contingências que LAHGO tem enfrentado nos últimos tempos. Estamos certos que a CGD entende o teor do presente documento e que compreende a importância da atribuição desta verba, no sentido de aliviar os constrangimentos sociais e operacionais que temos vivido. Não resolve certamente todos os problemas, mas vai ajudar, e muito, a traçar o caminho de futuro.

A CGD terá acesso a todos os movimentos constantes na conta onde será creditado o montante e terá um mapa atualizado das transferências, que permitirá atestar a veracidade da intenção da LAHGO na atribuição nas verbas.

Serve o presente documento para, à semelhança dos anteriores, manter as relações de transparência e seriedade com que nos temos pautado (LAHGO e CGD) nos últimos anos. Estamos certos que, depois de tanto sacrifício, não deixarão de nos auxiliar neste ponto e que, em conjunto, faremos o que for melhor para ambas as entidades.

Laranjeiro, 14.11.2015



Humberto Ramalinho

Parecer do Conselho Fiscal

Período de 2015



N. Costa

Caros Consórcios,

De acordo com o artigo vigésimo primeiro dos estatutos da LAHGO – Liga de Amigos do Hospital Garcia d’Orta, e nos termos do Decreto-Lei nº 172-A/2014 de 14 de novembro, vimos submeter à apreciação dos Sócios o nosso parecer, que emitimos com base, no exame efetuado ao relatório de gestão e às contas anuais.

Como este Conselho Fiscal tomou posse no dia 6 de Janeiro de 2016, obviamente não efetuou o acompanhamento da atividade ao longo do período em apreço, nos termos das nossas competências. Mesmo assim procurou este Conselho Fiscal analisar retrospectivamente algumas das decisões mas tal não foi possível, por não nos terem sido facultadas as atas anteriores quer do Conselho de Administração quer do Conselho Fiscal.

O ato eleitoral que originou uma nova equipe de gestão, provocou uma quebra de continuidade quer na gestão quer nos procedimentos, nomeadamente contabilísticos. A situação insólita determinou a solicitação de uma Auditoria, aos exercícios de 2014 e 2015, que se encontra ainda a decorrer e que tem como objetivo garantir credibilidade acrescentada.

RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A atual Administração considerou não ter condições para cumprir este desiderato de forma cabal e a anterior também não se considerou a tal obrigada. Assim este CF, ultrapassado que foi o prazo regular para a apresentação das contas, diligenciou junto do anterior Contabilista Certificado e Tesoureiro da Administração anterior Dr. Humberto Ramalinho o cumprimento das obrigações legais, no que este anuiu.

ÂMBITO

Este parecer tem como base as conclusões da atividade fiscalizadora meramente validada através da verificação do registo contabilístico de algumas das transações mais significativas e da respetiva documentação de suporte, a partir do balancete geral apresentado pelo CC. Foi adotado durante este período, o normativo contabilístico que consta do Decreto-Lei nº 36-

A/2011 de 9 de Março, que aprovou o regime de normalização contabilístico para as entidades

do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), consubstanciado nas demonstrações financeiras e no respetivo anexo.

Verificámos algumas não conformidades nas contas de Clientes, Fornecedores e Prestadores de serviços, nomeadamente por falta de reconciliação.

OPINIÃO

Apesar das reservas assinaladas pelos Revisores Oliveira, Reis & Associados, que subscrevemos, em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da, em 31 de dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, tendo como referencial o regime de normalização contabilístico para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

As não conformidades encontradas deverão ser corrigidas ao longo de 2016 e não deverão influenciar negativamente a posição da LAHGO em 31 de dezembro de 2015.

Assim e nos termos do artigo 22º dos estatutos, entendemos, ressalvando que este Parecer está suportado na opinião emitida por Oliveira, Reis & Associados, SROC, que a Assembleia-Geral de Sócios deve aprovar, o Relatório e as contas do período de 2015, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal congratula-se pela colaboração e informação prestada a este Conselho Fiscal pelo Dr. Humberto Ramalhinho.

Lisboa, 28 de Junho de 2016

O Conselho Fiscal:

Miguel Carmo Vaz – Presidente



Lídia Maria Tomé Soares Entrudo Pires – Vice-Presidente



Maria do Carmo Vieira Soares da Costa – Vogal



Nuno Filipe Miragaia Matias - (Vogal Suplente)



A
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.
Av. da Liberdade, nº 245, 8º A, B e C
1250-143 Lisboa

Lisboa, 29 de junho de 2016

Exm^{os} Senhores,

Para efeitos da emissão da Certificação Legal das Contas, conforme vosso pedido no âmbito do exame às nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, emitimos a presente declaração.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros, fraudes ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

- Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as atas de todas as reuniões dos acionistas, dos órgãos sociais e comissões.
- As demonstrações financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
- Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.

- Estão registados todos os ativos de que a empresa é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo.
- Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de investimentos, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
- Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.
- Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados.
- Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
- É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respetivos saldos e transações.
- Para além do que está divulgado nas notas do Anexo não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
- Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afetar os saldos ou a classificação de ativos ou passivos constantes das demonstrações financeiras.
- Não temos projetos ou intenções de encerrar ou alienar linhas de produção, nem planos de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções

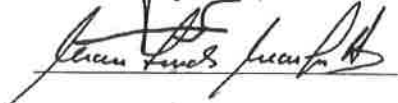
dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de investimentos.

- A empresa cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidos ou não, diferidos ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.
- As despesas escrituradas como confidenciais relacionam-se com o curso normal dos negócios da sociedade.
- Não se verificaram fraudes ou irregularidades envolvendo os administradores/gerentes, diretores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
- Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações.
- Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

Responsável pela contabilidade

Pela Administração





OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 23

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *LAHGO – LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 12.079.432 euros e um total de capital próprio de 1.432.509 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 801.851 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 6 a 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

SEDE | HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977

E-mail: geral@orasroc.pt

Web: www.orasroc.pt



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

6. Por termos iniciado funções no decurso do primeiro trimestre de 2016, a nossa opinião não se pronuncia sobre os saldos finais de 31 de dezembro de 2014;
7. Na área de ativos e passivos correntes não obtivemos, para um conjunto de respostas a circularizações externas, a reconciliação entre o saldo contabilístico e o constante nas respostas. As diferenças entre os saldos apresentados nos registos contabilísticos e os constantes nas respostas obtidas, são como segue:

Clientes 260.036 euros

Fornecedores 1.066 euros

Outros devedores e credores 1.755.761 euros

Adicionalmente, não obtivemos, até à presente data, respostas de clientes, fornecedores e outros devedores e credores aos nossos pedidos de confirmação externa de saldos, cujos montantes em 31 de dezembro de 2015, e de acordo com os registos contabilísticos da Empresa ascendiam a:

 2/4



Cientes 45.790 euros

Fornecedores 112.814 euros

Outros devedores e credores 22.349 euros

Consequentemente, não podemos concluir quanto ao efeito, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, dos eventuais ajustamentos que se poderiam ter identificado, caso tivesse obtido as respostas e as reconciliações atrás referidas.

Para a rubrica de inventários, não obtivemos suporte para itens que compõem o saldo a 31 de dezembro de 2015, pelo que não podemos concluir quanto à razoabilidade do montante registado pela LAHGO tanto quanto ao custo das mercadorias vendidas e consumidas como para o montante de inventários registado no balanço na mesma data.

8. Relativamente às rubricas de "Ativos fixos tangíveis", "Outras variações nos fundos patrimoniais", "outros rendimentos e ganhos" e "gastos de depreciação e de amortização", uma vez que não nos foram disponibilizados os suportes suficientes sobre a adequabilidade dos valores inscritos nestas rubricas, não nos é possível concluir quanto aos montantes registados em 31 de dezembro de 2015.
9. Como é referido no Relatório de Gestão, no final do exercício a entidade mantinha acordos de pagamento junto da Segurança Social. Não foi possível quantificar eventuais penalizações ou juros de mora.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da LAHGO – LIGA DOS AMIGOS DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA, em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



3/4



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 23

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 29 de junho de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

N.º de Matricula/NIPC 501266259

Capital Social € 13.400